



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	13888.005688/2008-93
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	1301-001.417 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	13 de fevereiro de 2014
Matéria	Multa isolada compensação
Recorrente	BAZAN & FONSECA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2007, 2008

CRÉDITO DE DECISÃO JUDICIAL NÃO TRANSITADA EM JULGADO.
COMPENSAÇÃO NÃO DECLARADA. MULTA ISOLADA.

É legítimo o lançamento da multa isolada, quando a declaração de compensação é considerada não declarada. Considera-se não declarada a compensação de débitos do sujeito passivo, com crédito decorrente de decisão judicial não transitada em julgado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Primeira Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente o Conselheiro Valmar Fonsêca de Menezes, presente o Conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado (Suplente Convocado) o Conselheiro Wilson Fernandes Guimarães presidiu o julgamento.

(assinado digitalmente)

Wilson Fernandes Guimarães

Presidente em exercício.

(assinado digitalmente)

Edwal Casoni de Paula Fernandes Junior

Relator

Participaram do julgamento os Conselheiros: Wilson Fernandes Guimarães, Paulo Jakson da Silva Lucas, Luiz Tadeu Matosinho Machado (Suplente Convocado), Valmir Sandri, Edwal Casoni de Paula Fernandes Junior e Carlos Augusto de Andrade Jenier.

Relatório

Cuida-se de Recurso Voluntário interposto pela contribuinte acima identificada, contra decisão proferida pela 3^a Turma da DRJ em Ribeirão Preto/SP.

Depreende-se pela análise do presente processo administrativo que em desfavor da recorrente foi lavrado auto de infração para formalização e exigência de crédito tributário (multa isolada) em vista da constatação de compensação indevida de débitos vencidos relativos a diversos tributos, com supostos créditos oriundos da ação judicial nº 2007.61.09.0039162, conforme explicitado no Termo de Constatação e Verificação Fiscal (fls. 19/26).

Conforme referido termo, tais compensações foram consideradas “não declaradas” na esfera administrativa, pelas razões expostas nos Despachos Decisórios nº 315, 317, 318, 320, 322, 323, 327 e 328, todos de 25 de fevereiro de 2008, 319, 321, 324 e 325, todos de 22 de fevereiro de 2008 e 558 de 14 de maio de 2008 (cópias anexadas ao processo), proferidos pela Delegada da Receita Federal em Piracicaba/SP, dos quais a empresa teve ciência em 19/08/2008.

Diante de tais constatações, foi lavrado o Auto de Infração (fls. 12/18) que exigiu multa isolada no valor de R\$ 3.123.976,16, apurada conforme demonstrativo constante do referido termo, tendo como base de cálculo os valores totais dos tributos cuja compensação foi indevidamente pleiteada nas Declarações de Compensação.

O lançamento foi efetuado com fulcro no artigo 18 da Lei nº 10.833/03, com redação dada pelas Leis nºs 11.051/04 e 11.196/05 e pelo art. 18 da Lei nº 11.488, de 2007.

As bases de cálculo para a aplicação da multa de 75% são os valores totais dos tributos, cuja compensação foi pleiteada nas Declarações de Compensação, e estão relacionadas no referido TCVF.

A contribuinte foi devidamente cientificada do auto de infração e apresentou Impugnação (fls. 164/171), opondo-se ao lançamento, alegando para tanto que a multa aplicada fere o Princípio Constitucional da Vedaçāo ao Confisco, apontando o caráter confiscatório que a autuação evidencia, face à penalidade aplicada, postulando fosse reconhecido que a referida multa de 75% é excessivamente onerosa, citou precedentes e doutrina que entende aplicáveis e requereu o cancelamento da autuação.

A 3^a Turma da DRJ em Ribeirão Preto/SP, nos termos do acórdão e voto de folhas 1884 a 188, julgou procedente o lançamento, ao fundamento sintético que a legislação estabelece a multa aplica e que não compete ao órgão administrativo pronunciar-se acerca da constitucionalidade do quadro legal vigente.

Devidamente cientificada, a contribuinte interpôs Recurso Voluntário (fls. 201 – 211), reiterando o caráter confiscatório da multa aplicada e pugnando pelo provimento do Recurso Voluntário, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 18/04/2014 por EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR, Assinado digitalmente em 18/04/2014 por EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR, Assinado digitalmente em 24/04/2014 por WILSON FERNANDES GUIMARAES

Impresso em 29/04/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

É o relatório.

CÓPIA

Voto

Conselheiro Edwal Casoni de Paula Fernandes Jr., Relator.

O Recurso é tempestivo e dotado dos pressupostos genéricos de recorribilidade. Admito-o para julgamento.

A recorrente foi autuada em razão de ter apresentado diversas declarações de compensação que foram consideradas “não declaradas”, dando ensejo à exigência da multa isolada prevista no artigo 18 da Lei nº 10.833/03, com as alterações supervenientes.

Observe-se o que assentou a Fiscalização no Termo de Constatação e Verificação Fiscal a partir da folha 19, *in verbis*:

[...]

Bazan & Fonseca Indústria e Comércio Ltda, CNPJ 03.210.920/0001-22, entregou diversas declarações de compensação em que pleiteou a compensação de débitos vencidos de diversos tributos coin supostos créditos oriundos da ação judicial nº. 2007.61.09.003916-2.

Essas compensações, na esfera administrativa, foram consideradas NÃO DECLARADAS pelas razões expostas nos Despachos Decisórios nº 315, 317, 318, 320, 322, 323, 327 e 328, todos de 25 de fevereiro de 2008, 319, 321, 324 e 325, todos de 22 de fevereiro de 2008 e 558 de 14 de maio de 2008 (com cópias anexas a este), proferidos pela Delegada da Receita Federal em Piracicaba, de cujo conteúdo a empresa tomou ciência pessoal em 19/08/2008.

Em razão da compensação indevida utilizando esses créditos, a empresa ficou sujeita ao lançamento da multa isolada prevista no artigo 18 da Lei nº 10.833 de 2003.

[...]

Ao observar-se os Despachos Decisórios que assentaram o *status* de compensações não declaradas, fato desencadeador da exigência aqui apreciada (fl. 33 em diante), vê-se que o motivo ensejador de tais decisões foi o fato de a contribuinte indicar nas declarações de compensação, crédito objeto de discussão judicial sem o devido trânsito em julgado.

Conquanto a contribuinte tenha apresentado eloquente arrazoado reputando confiscatória a multa aplicável, é fato que o quadro normativo vigente a estabelece com clareza e precisão no artigo 18 da Lei nº 10.833/03.

Sendo assim, é irreparável a conclusão recorrida de que falece competência ao órgão administrativo para pronunciar a constitucionalidade de lei, mormente ao se verificar o disposto na Súmula CARF nº 02, segundo a qual “o CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária”.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
Autenticado digitalmente em 18/04/2014 por EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR, Assinado digitalmente em 18/04/2014 por EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR, Assinado digitalmente em 24/04/2014 p

or WILSON FERNANDES GUIMARAES

Impresso em 29/04/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Em vista do exposto, voto no sentido de Negar provimento ao Recurso Voluntário.

Sala das Sessões, em 13 de fevereiro de 2014.

(assinado digitalmente)

Edwal Casoni de Paula Fernandes Junior.

CÓPIA